

UNIVERSIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL
Uma Proposta para a Promoção da Integração Social do Idoso

Elói Martins Senhoras – UNICAMP
Katiuchia Pereira Takeuchi – UNICAMP

RESUMO O termo universidade, comumente, tem sido ligado a três outros: ensino, pesquisa e extensão. Como inúmeras instituições sociais de nosso mundo, questiona-se se suas finalidades e seus ideais, tradicionalmente aceitos, permanecem ainda válidos. A proposta neste artigo é mostrar o panorama de questões referentes ao idoso, ao papel da universidade e à Política Nacional do Idoso, a fim de validar a capacidade da extensão universitária de gerir o acesso do idoso aos seus serviços e, por conseguinte, mostrar que a universidade pode, definitivamente, ser um mecanismo de ação socialmente responsável.

Palavras chaves: Extensão, responsabilidade social, terceira idade.

Abstract: The term university has commonly been referred to teaching, researching and communitarian activities. As such a number of many other social institutions in the world, the universities have been questioned about their ideals and goals, traditionally accepted. So, the main proposal of this article is to overview some questions about the elders, the role of university and the National Older Policy of Brazil (PNI), aiming to validate that the communitarian activities from universities are important mechanisms of access to services for the third age. Within all the conclusions, it's showed that universities play an important role as a mechanism of social responsible action.

Keywords : Communitarian activities of universities, social responsibility, third age.

1 – Introdução

Afinal, o que pode a sociedade civil esperar da universidade para atender a questão do idoso?

Determinados discursos vêem a universidade como o lugar historicamente apropriado para a criação e divulgação do saber, para o desenvolvimento da ciência, para a formação de profissionais de nível superior, técnicos e intelectuais que os sistemas necessitam.

Em alguns países a universidade cumpre papel destacado na formulação da política científica e tecnológica. Porém, em todas as sociedades, mas principalmente nas dependentes, cabe-lhe exercer tarefas urgentes de compromisso e responsabilidade social.

Do ponto de vista da universidade, sabe-se que a extensão universitária de serviços à comunidade é uma das formas através das quais podem ser estabelecidas parcerias. Para a comunidade podemos dizer que é a oportunidade de socializar um conjunto de bens culturais que tem sido sistematicamente sonegados a grande parte da população brasileira. Por isso as

faculdades e universidades, em especial as públicas, devem ter responsabilidade social e estar comprometidas com os valores humanistas e universalistas, promovendo, internamente e no relacionamento com a comunidade, a busca de coesão social.

Segundo a Escola de Extensão da UNICAMP (EXTECAMP):

“A denominação “Curso de Extensão” é usada significando toda atividade de ensino acadêmico, técnico, cultural ou artístico, não capitulada no âmbito regulamentar de ensino de graduação e da pós-graduação “stricto sensu” da Unicamp. Os cursos abrangem todas as áreas do conhecimento em que a Unicamp atua. Conforme o conteúdo e abordagem podem não exigir nenhum pré-requisito, ou necessitarem de formação no ensino fundamental, médio ou superior” (Unicamp, 2001).

Portanto, com base nesses pressupostos e no compromisso da universidade com a transformação estrutural nacional, pode-se induzir qualquer estabelecimento de ensino superior a ser um elo de equilíbrio social, quanto à problemática do idoso via Escola de Extensão, pois, inserida na questão da reintegração do idoso na sociedade esta instituição pode criar o projeto de uma “Universidade Aberta à Terceira Idade” (UNATI).

2 – UNATI: A Articulação Possível no Binômio Idoso-Universidade

Vêm crescendo em todo o país as discussões em torno das características e direitos das pessoas idosas, em especial, relacionados à aposentadoria e à sua qualidade de vida.

Mesmo em um país como o Brasil, tradicionalmente identificado como um “país jovem”, que dá pouca atenção aos seus idosos, a velhice vem se tornando, de forma particular, uma questão de ordem pública, não mais restrita à esfera privada e da família.

O surgimento de novas representações sobre a velhice e o envelhecimento, assim como o aumento da participação social dos idosos, não pode ser atribuído unicamente ao envelhecimento da população, tais fatos ocorrem em meio a um processo de “politização”, com características próprias das sociedades contemporâneas, que tem alçado a velhice à dimensão pública, tornando mais evidente os mecanismos e os agentes de sua construção social, bem como, explicitando o papel desempenhado por cada um deles: o Estado, através de políticas sociais; o saber científico institucionalizado e as pessoas idosas.

A observação atenta da nova visibilidade da velhice e desses diferentes papéis sugere uma aparente contradição: ao mesmo tempo em que alcança uma dimensão pública, a velhice tende a ser vivida e apresentada como uma responsabilidade individual, resultado de um processo que Debert (1993 e 1997) chamou de *reprivatização da velhice*.

A seguir serão retratadas características dos típicos formatos de extensão via UNATIs na Europa e no Brasil, a fim de esclarecer melhor as possibilidades quanto aos tipos de projeto de responsabilidade social que podem ser desenvolvidos, assim bem como a sua atuação junto à “terceira idade”.

2.1 – UNATI: Um projeto de Maturidade extensivo a 50 anos

A Europa, sempre avançada nos projetos sociais criou em fins dos anos 50, experiências inovadoras na área de apoio às pessoas no processo de maturidade. De uma dessas iniciativas surgiu a Universidade da Terceira Idade.

Peixoto (1995) apresenta uma classificação que reconhece a existência de três gerações de UNATIs, ao longo do tempo com a difusão desse projeto extensivo de atendimento à Terceira Idade.

Segundo ele a primeira geração se caracterizaria pelo lazer, as universidades estavam mais interessadas em criar um espaço voltado quase exclusivamente às atividades culturais e à sociabilidade, tendo como objetivo ocupar o tempo livre de seus integrantes aposentados e favorecer as relações sociais entre eles. Talvez por isso, elas eram mais conhecidas como Universidades do Tempo Livre. Na época, não havia ainda uma preocupação com programas dirigidos à educação permanente, educação sanitária e assistência jurídica. De fato, seu objetivo era promover atividades ocupacionais e lúdicas.

Uma segunda geração, onde à medida que o lazer era substituído pela educação como instrumento de promoção de sociabilidade e bem-estar, institucionalizava também pesquisa gerontológica junto as UNATIs. As experiências desta geração se expandiram tanto, que no ano de 1975, nasce uma entidade internacional da cooperação entre as UNATIs de todo o mundo, a Association Internationale des Universités du Troisième Age (AIUTA).

A terceira geração, com um comprometimento educacional maior, com cursos universitários “formais” com direito a créditos e diploma, apoia-se em um tripé condutor do ensino, baseado na participação, autonomia e integração. À medida que existe uma transformação da condição social dos alunos da terceira idade, de simples consumidores dos serviços, para “agentes participativos” do conhecimento, o papel das pesquisas científicas, no meio universitário se estabelece para com eles, ampliando novos estudos tanto no campo da geriatria, como da gerontologia.

3 – A Política Nacional do Idoso e seu *enforcement* para a Responsabilidade Social Universitária

O início dos anos 90 é um marco significativo para a velhice, principalmente pela visibilidade que as políticas para a terceira idade tentam alcançar. Esta década significou também mudanças no papel do Estado, com repercussões diretas e indiretas sobre a “questão” da velhice, com as sucessivas mudanças da previdência e a formulação de políticas sociais para os idosos de caráter nacional.

Com a aprovação em 1994 da “Política Nacional do Idoso”, o Estado delega parte da responsabilidade dos idosos à sociedade, sendo que um de seus compromissos foi incentivar a formação das UNATIs. Com isso o papel da extensão comunitária para a formação de uma UNATI, certamente, além de contar com o apoio amplo tanto da sociedade, como também da comunidade universitária, contará principalmente com o respaldo legal que o Estado lhe oferece através Lei Federal nº 8.842.

Embora suas propostas já viessem desde o final dos anos 80, a “Política Nacional do Idoso” foi aprovada em 1994 e sancionada pela Presidência da República em 1996. Ela tem por finalidade, conforme o artigo 1º: “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. É coordenada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por intermédio da Secretaria de Ação Social, e conta com a participação de vários Ministérios.

O *Plano de Ação Governamental integrado para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso* (PAG-PNI) foi elaborado pela secretaria de Ação Social, em reuniões de trabalho com a participação de Organizações Governamentais e Não Governamentais, com objetivo de viabilizar, em curto prazo, a implementação das diretrizes da Política Nacional do Idoso.

O PAG-PNI, ao mesmo tempo em que restringe o asilamento a casos em que seja necessário, ficando claro o compromisso de uma política que reduza ao mínimo este tipo de

intervenção e que privilegie a prevenção, apresenta os Centros de Convivência como alternativa prioritária, citando inclusive o compromisso de incentivar as UNATIs.

O ministério da Educação e Desporto, através da Secretaria de Educação Superior (SESU), é quem, dada sua área de intervenção, melhor exprime a relação entre a Política Nacional do Idoso e os Programas para a Terceira Idade. Suas ações para a efetivação desta política são:

“Apoio à criação de Centros de referência nas Universidades, integrados aos sistemas de saúde; viabilização da criação de Universidades Abertas à Terceira Idade, bem como prestar apoio às instituições que mantenham tais programas; desenvolvimento de programas educativos voltados a profissionais de diversas áreas, ao idoso, à família, à comunidade, sob diversas formas: meios de comunicação, ensino a distância, cursos, palestras e seminários etc.; coordenação de estratégias para introdução de programas de pós-graduação em geriatria e gerontologia sob a forma de cursos de especialização, residência médica, mestrado e doutorado; e apoio a estudos e pesquisas voltados para o aspecto prioritário do envelhecimento” (MPAS, 1996:33).

Com a aprovação da Política Nacional do Idoso e sua implementação nos termos fixados pelo PAG-PNI, fica claro o papel adotado pelo Estado frente à questão social do idoso: consolidar uma disposição em transformar o idoso, de um sujeito assistido a um cliente com autonomia, ou seja: um cidadão; privilegiar prevenção no lugar de “tratamento”, transferindo parte das responsabilidades sobre a forma como se envelhece para o próprio sujeito, bem como estabelecer parcerias e divisão de *responsabilidades* com outros agentes, e aí, sito a universidade, o agente principal para a efetivação do projeto da UNATI.

Assim, ao abrigar um projeto de UNATI, a universidade desempenha o seu papel de responsabilidade social. No qual este termo pode ser definido como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela (Cardoso e Ashley, 2002).

4 – Justificativas para a Abertura de uma UNATI

A frustração oriunda da falta de acessibilidade constitui nos indivíduos uma mutilação do ser social. Tudo indica que o homem só desenvolve seu potencial pleno em uma sociedade que permita e facilite o acesso a tudo e a todos. O objetivo aqui é o de demonstrar que é possível criar mecanismos que facilitem e garantam a acessibilidade às universidades para um grupo específico da população, os idosos.

A Universidade Aberta à Terceira Idade cumpre este papel de mecanismo de responsabilidade social, o de política social através da qual as universidades reverterem benefícios à sociedade, especificamente aos idosos, de forma a ampliar as condições de *Welfare State*, até então pouco presente no cenário social brasileiro.

4.1 - Por que Universidade Aberta?

O termo “Universidade Aberta” ilustra as diversas maneiras possíveis de uma maior abertura da universidade para as demandas da sociedade. Dessa forma, “aberta” refere-se ao momento de entrada, ao **acesso** das pessoas à universidade de forma automática, sem exames vestibulares. Ela é aberta também, pois, refere-se ao processo educacional, às opções do aluno em relação à escolha de disciplinas. Em um terceiro enfoque a universidade permanece “aberta” na medida em que permite ao aluno bastante flexibilidade para entrar, sair ou permanecer no sistema.

O compromisso básico da abertura é em relação à comunidade da terceira idade, oferecendo o máximo de possibilidades, opções e flexibilidade, e rompendo, dessa forma, com a rigidez das universidades quanto à acessibilidade destes nestas instituições.

4.2 - Por que Universidade Aberta à Terceira Idade ¹?

As UNATIs são “programas à terceira idade”, pois, são ocupados por pessoas que buscam estabelecer laços de identificação e partilhar experiências comuns, na condição de “pessoas” e não como “idosos”, objeto de discursos. A “terceira idade”, portanto, aparece como uma alternativa na qual o indivíduo, ao envelhecer, pode se contrapor a uma categoria vista como socialmente desprestigiada (o velho), que teria um “lugar social” não desejado.

A idéia de uma “terceira idade” relativiza a velhice, desconstruindo as visões de que idade cronológica seria fundamental e de que a velhice seria apenas um conjunto de restrições impostas pelo envelhecimento biológico ou pela Lei. Ela reforça, assim, a idéia de que é possível, com esforço individual avançar na idade sem ficar velho.

A UNATI é considerada universidade, pois tem uma natureza científico-cultural, onde são lecionados diversos cursos para reciclagem e atualização dos conhecimentos, caracterizando a multidisciplinaridade deste tipo de instituição; tudo isso ocorrendo dentro de um espaço físico voltado ao ensino superior.

4.3 - O porquê de uma UNATI nas Universidades

4.3.1 - Vantagens à Terceira Idade

Os objetivos desse projeto, explicitados desde o seu primeiro momento, são aproximar as universidades da comunidade onde estão inseridas através de projetos de responsabilidade social, trazendo para os seus espaços uma parcela da população atualmente excluída de maiores oportunidades culturais e acadêmicas; oferecer alternativas de desenvolvimento pessoal a essas pessoas, integrando-as à comunidade universitária; possibilitar a esse grupo a discussão permanente de sua integração “bio-psico-social” e de seu papel no contexto cultural; proporcionar orientações e sugestões visando a melhoria da qualidade de vida e o aperfeiçoamento do ajuste social, físico e emocional; oferecer oportunidades para a prática de atividades físicas, artísticas e de lazer, de acordo com as possibilidades e interesses do grupo.

4.3.2 - Vantagens às Universidades

Ao mesmo tempo em que as universidades criam o programa Universidade da Terceira Idade, elas ampliam o público alvo de projetos de Extensão ou de *Escolas de Extensão* e por conseguinte os próprios objetivos delas, pois abrem espaço para a extensão gratuita, até então pouco existente.

Possibilita também a formação de uma nova Atividade Multidisciplinar (AM), a qual, atenderia os alunos da graduação interessados no serviço comunitário.

Os professores teriam uma participação efetiva nesse projeto, pois, juntamente com a participação dos alunos do novo curso AM, receberiam as vantagens de toda uma experiência

¹ As UNATIs também são conhecidas com designações diferentes, tais como: Universidade dos Idosos, dos Aposentados ou dos Seniors, Universidade de Todas as Idades ou para Todos, Universidade do Tempo Livre ou do Tempo Disponível, Universidade Aberta da Terceira Idade entre outras.

que não se adquire dentro das salas de aula, a chamada *praxis*, que é um processo que mistura a *prática*, a *técnica*, a *invenção* e a *teoria*, colocando-as ao serviço da UNATI.

Portanto, as vantagens desse projeto às universidades se resumem a uma maior capacitação dos agentes universitários envolvidos (docentes e discentes) e como elo final, a própria ampliação da responsabilidade cidadã da universidade como promotora social.

5 - A Participação

O mais importante recurso no processo de desenvolvimento da **Universidade Aberta à Terceira Idade** é o envolvimento das pessoas no projeto, uma vez que as instituições de ensino superior, principalmente as públicas têm recursos financeiros dentro de uma rigorosa restrição orçamentária.

É através da **participação** de docentes, discentes e funcionários que se faz uma compensação da participação “econômica” das universidades via participação social da comunidade universitária.

A participação da comunidade universitária mostra-se como o caminho mais adequado para enfrentar os problemas graves e complexos das restrições de financiamento dos gastos deste projeto.

Ora, a citação das contribuições possíveis da participação poderia levar a um conceito puramente instrumental. No entanto, se procurarmos a motivação dos participantes de uma atividade comunitária qualquer, notaremos neles uma **satisfação pessoal** e íntima que vai muito além dos resultados úteis de sua participação.

A participação além de ser um instrumento, é também o caminho natural para a prática de tudo aquilo que é desenvolvido na universidade. O objetivo da participação da universidade contra as condições de marginalização em que estão os idosos consiste em um processo coletivo de responsabilidade social transformador, através do qual os idosos se incorporam à vida cultural, à medida que as universidades se incorporam na ação social, criando meios de acesso ao idoso na universidade. Essa prática requer dos agentes universitários a interação com os idosos e para isso exige auto-expressão e o desenvolvimento do pensamento reflexivo, mais uma justificativa para a criação do projeto, uma vez que cria nos agentes comunitários envolvidos condições de ampliar suas potencialidades.

As universidades poderiam também contar com um sistema de rodízio, no que tange à participação, que permitisse a professores das diversas faculdades e institutos passar algum tempo preparando materiais na Universidade Aberta, sem se vincular necessariamente à sua estrutura permanente do projeto.

Conclui-se que a participação nesse contexto refletiria 2 bases complementares de interesses: uma base instrumental-universitária, onde a comunidade universitária abre novas oportunidades para os seus membros estarem em contato com a *práxis* e uma base intrumental-terceira idade, onde os benefícios recaem sobre os alunos da UNATI.

5.1 - A Micro e a Macroparticipação

Quando se fala em participação social transfere-se uma carga imediatista e superficial para as conseqüências que recaem sobre o âmago de estruturas sociais, políticas e econômicas afetadas. Para se evitar essas peculiaridades no projeto Universidade da Terceira Idade, a participação deverá se desdobrar em duas para se definir o momento e a esfera de atuação da comunidade universitária.

A primeira é a **microparticipação**: - é aquela na qual a comunidade universitária se agrega para desenvolver o programa da Terceira Idade junto aos idosos, desta resultando em benefícios pessoais e imediatos para ambos os agentes envolvidos no processo.

Nesta primeira aproximação, os órgãos que possivelmente poderiam estar envolvidos no projeto são as faculdades e os institutos e as Pró-reitorias de extensão ou de assuntos comunitários.

A segunda faceta da participação é a **macroparticipação**: - que é a esfera da divulgação dos resultados e do projeto, de forma a ampliar a outros centros de excelência a experiência supostamente bem sucedida. E com isso desenvolver uma mentalidade nas Universidades Nacionais a favorecer uma maior acessibilidade dos idosos. Portanto, é a falácia de pensamento de se pretender uma política nacional para acesso universitário ao idoso, vis-à-vis a experiência desenvolvida em projetos precursores.

É necessário deixar claro que esta não é uma proposta com fundo utópico; basta relembrar como foi a proliferação vertiginosa dos cursos de extensão no Brasil, que em um pequeno espaço de tempo se espalharam pelas universidades nacionais. Verifica-se que o “cenário de fundo” é o mesmo, basta somente que haja a adesão da comunidade universitária e por conseguinte políticas eficazes para desdobramento para outras instituições, uma vez que existe a chancela das universidades serem reconhecidas como importantes centros de excelência e de propagação de conhecimento, estudos e pesquisas, para demais instituições e organizações.

6 – Últimas Considerações

Em todas as épocas, o objetivo maior da educação foi, e continua sendo, a integração do indivíduo à sociedade na qual está inserido, como um cidadão não só participativo e produtivo, mas também auto-realizado.

Este posicionamento nos leva à perspectiva de uma aprendizagem permanente, continuada, conduzindo, também, ao entendimento de que a construção da cidadania far-se-á dentro da universidade brasileira pró-ativa, haja vista que “a universidade brasileira é o nosso mais poderoso instrumento de transformação da realidade, contribuindo para a elaboração de um projeto de país democrático e socialmente mais justo²”.

Porém, mesmo conscientes do papel da universidade e do direito à educação, presente na Constituição Federal, onde *‘educação é direito de todos’*; a sociedade não está ainda habituada a perceber os idosos como sujeitos e também nem sempre se compreende a educação fora do chamado período escolar, além disso, pouca atenção tem sido dada, no Brasil, a uma explosão demográfica em curso. Neste milênio, inicia-se a era do conhecimento que, segundo a Organização das Nações Unidas, começou em 1975 e irá se estender por mais cinco décadas. Pela primeira vez na história da humanidade, a tribo de idosos será maior que a legião de bebês com menos de um ano de vida (Revista Época, 16/8/1999: 92). Os reflexos desse aumento da população idosa são evidentes na estrutura sócio-econômica e política de um país, especialmente na área de trabalho, da saúde e da previdência, na educação, no lazer, enfim, nas políticas públicas de uma maneira geral.

As demandas sociais dos idosos se avolumam e passam a se constituir em desafios para a sociedade política e civil. Dessa forma, a explosão demográfica, ligada a questão da educação e da responsabilidade social da universidade fazem com que a Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI – não seja apenas um questão de moda passageira, visto que o

² Citação do Professor e Economista Aloíso Teixeira, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

processo de envelhecimento da população brasileira em ritmo acelerado e crítico a transforma numa questão de necessidade, pois o empoderamento da velhice através da educação é atrativo para o poder público porque pode estimular a saúde e a autonomia, adiando a dependência dos serviços que demandam altos custos públicos.

O objetivo da UNATI é contribuir para mudar o perfil atual do idoso brasileiro, uma vez que as possibilidades de envelhecimento social normalmente são maiores para as pessoas que, por qualquer motivo, se sentem forçadas a viver num ambiente social indesejado; inversamente, são menores para aquelas integradas em seu próprio meio.

Na primeira situação a perda pela população idosa dos papéis familiares e no mercado de trabalho estimula o afastamento das gerações, assim como o conflito e a indiferença, quando não o desprezo ou a tolerância forçada. No final da vida vêem-se os idosos condenados ao isolamento social e cultural pela fragmentação da família, aposentadoria e por uma política insatisfatória de atendimento às suas necessidades.

Uma possível contrapartida de combate para essa situação de *morte social* dos idosos reside em iniciativas de responsabilidade social, através das quais a UNATI pode capacitar o cidadão a ter iniciativas de participação, a empreender e assumir responsabilidades. É através do avanço da acessibilidade à educação permanente que se pode delinear novas tendência para possíveis políticas de integração social do idoso no cenário nacional.

A UNATI, pode-se dizer assim, é um dos espaços de negação ao envelhecimento, é uma das alternativas de se resistir à velhice, ou mais precisamente, à conotação negativa que envelhecer traz consigo. Da mesma forma que os demais programas oferecidos à terceira idade, que procuram minimizar a problemática do idoso hoje na sociedade, a UNATI se propõe a inverter os valores sociais, estigmatizados da velhice, acreditando e investindo nas potencialidades que as pessoas de mais idade trazem consigo ou preparando aquelas que estão iniciando essa nova etapa de suas vidas.

Porém, comumente, as UNATIs já estabelecidas se deparam com uma problemática maior, na qual uma velhice bem sucedida, em uma sociedade com tantas discrepâncias sociais como a nossa, muitas pessoas ficam excluídas das novas experiências e práticas de se bem viver o processo de envelhecimento e a velhice. Mas esse talvez não seja o único problema, visto que as novas práticas oferecidas às pessoas de mais idade partem de modelos que, muitas vezes, não levam em conta valores, costumes e principalmente, necessidades do público a que se destina e que, mesmo apresentando uma característica inovadora e até revolucionária, podem não satisfazer e muitas vezes subjugar as expectativas desse público.

Consciente desses fatos, faz-se necessária a montagem de mecanismos que englobem as diversidades dos grupos sociais, dentro de uma estrutura universitária flexível, a fim de melhor tratar a questão do financiamento e do planejamento educativo de forma auto-sustentável, haja vista que apesar do seu sucesso e impacto social, as iniciativas educacionais dirigidas aos idosos estão à margem do sistema formal de educação, atendendo um número restrito de idosos; e por isso, necessariamente precisam de uma organização sistemática e planejada pelo Estado e por parte da sociedade, de forma que não se restrinjam somente à esfera local, mas principalmente que possam ser disseminadas no bojo da sociedade, como elos públicos para a participação social na questão do envelhecimento brasileiro, este, que deve ser encarado como um *continuum* processo ao invés de uma abordagem simplista e tradicionalmente *ex-post* e assistencialista.

Enquanto o século XX foi o século do crescimento demográfico, o século XXI será o do envelhecimento das populações, onde o novo contexto demográfico se mostra como um motor para a constituição da velhice como problema público, reconhecendo o idoso como ator social na sociedade do conhecimento, e para tal faz-se necessário o acesso à educação permanente.

Diante dessa importância, já dizia, o legislador e educador grego, Sólon: “*Envelheço aprendendo sempre muitas coisas*”.

Portanto, este texto se encerra, referindo-se ao seu momento de partida, reiterando uma postura de contribuição à revisão crítica da gestão educacional permanente como processo compatível de política social ao envelhecimento:

Algum problema de conhecimento? Nenhum! Traga de volta os cidadãos maduros e idosos à escola. Sob tais condições, integrando-os ao processo de aprendizagem, por que eles não deveriam permanecer criativos e inovadores até o fim de suas vidas? (Isaac Asimov *apud* Senhoras, 2001: 7).

7 – Referências Bibliográficas

- CARDOSO, A. J. G. & ASHLEY, P. A. “A responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção”. In: ASHLEY, P. A. (org.) **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DEBERT, G. G. “O Discurso Gerontológico e as Novas Imagens do Envelhecimento”, Campinas: Ifch/Unicamp, 1993 (mimeo).
- _____. “A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 12, nº 34, 1997.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática acadêmica**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- GOMES, A. A. “Sociedade Civil e Universidade: Caminhos e Descaminhos de uma quase parceria”. **Revista Intertemas**, ano 2, vol. 2. Presidente Prudente, 2000.
- GUERREIRO, P. **A experiência de envelhecimento e a Universidade para Terceira Idade da PUCCAMP**. Monografia de conclusão de graduação. Campinas: Ifch/Unicamp, 1993.
- MPAS. **Plano de Ação Governamental Integrado para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso**. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, 1996.
- MARTINS DE SÁ, J. L. **A Universidade da Terceira Idade da PUCCAMP: proposta e ação inicial**. Campinas: Universidade Católica de Campinas, 1991.
- OLIVEIRA, J. B. A., CASTRO, C. M. & WALKER, R. B. **Universidade Aberta; uma alternativa de ensino superior**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1985.
- PEIXOTO, C. “A Sociabilidade dos idosos cariocas e parisienses: a busca de estratégias para preencher o vazio da inatividade”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 10, nº 27, 1995.
- SENHORAS, E. M. **O Acesso do Idoso à UNICAMP através de uma Universidade Aberta à Terceira Idade**. Campinas: UNICAMP/PREAC, 2001.
- UNICAMP. **Caderno A - Informações Gerais aos Estudantes de Graduação e Pós-graduação**. Campinas: UNICAMP, 2001.